

**ASSOCIAÇÃO JUIENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTÇÃO ESCOLAR**

9,0

**A SUPERVISÃO ESCOLAR SOB A ÓTICA DO PLANEJAMENTO E DA
ORIENTAÇÃO**

Neime de Souza Ross Gama

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida

ROLIM DE MOURA/RO-2007

**ASSOCIAÇÃO JUIENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO ESCOLAR**

**A SUPERVISÃO ESCOLAR SOB A ÓTICA DO PLANEJAMENTO E DA
ORIENTAÇÃO**

Neime de Souza Ross Gama

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida

Trabalho apresentado ao curso de pós-graduação da ASSOCIAÇÃO JUIENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA – AJES, como exigência parcial para obtenção do título de Especialização em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar.

ROLIM DE MOURA/RO-2007

**ASSOCIAÇÃO JUIENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTÇÃO ESCOLAR**

TERMO DE APROVAÇÃO

Neime de Souza Ross Gama

Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida
Orientador

NOTA/CONCEITO

RESUMO

A partir do momento, em que se acredita naquilo que faz, as chances de êxito são muito mais amplas. Pesquisar a prática da supervisão escolar desde sua origem até nossos dias, é a intenção deste trabalho, visto que "Supervisão escolar" é uma das habilitações do curso, o qual este trabalho é exigência para a conclusão do mesmo. Tendo sempre sido a supervisão nas escolas alvo de críticas e discussões, vista apenas como uma assistência técnica desvinculada das reais necessidades da educação, e de mostrar como é difícil trabalhar sem apoio e sem material didático, e ao mesmo tempo mostrar que através da união com diretor, supervisor escolar, orientador, professores e comunidade será possível atingir os nossos objetivos, conceder assim uma educação com qualidade aos educandos. O principal objetivo deste trabalho é estudar a possibilidade de uma conscientização por parte do supervisor escolar, frente aos problemas educacionais, que hora se apresentam tornando a supervisão um ato pedagógico crítico e transformador; de subsidiar o supervisor quanto aos conhecimentos na área de supervisão do contexto escolar, discutido a importância do papel do supervisor escolar no espaço educacional sob o enfoque do planejamento e da orientação.

Palavras-chave: Supervisão escolar. Planejamento. Orientação. Transformador.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida e presença constante em todos os momentos, por ter me concedido forças e iluminado o meu caminho nos momentos mais difíceis.

Agradeço também a todos que direto ou indiretamente, colaboraram e me incentivaram na realização deste trabalho.

DEDICATÓRIA

A Deus por ter me privilegiado ao retorno social, depois de um grave TCE, (Traumatismo Crânio Encefálico).

Aos meus pais Sebastião e Dorcas por terem me concedido à luz.

Aos meus irmãos Elair Ivanir e Euceir pelo apoio moral

Ao meu esposo João, que não mediu esforços para compartilhar os sacrifícios e tropeços ao longo desta jornada.

Ao meu filho João Henryque, e enteadas Ariane e Joice que soube compreender as tantas horas em que estive ausente para a realização desta pesquisa.

Aos colegas pós-graduando e professores, especialmente o meu orientador prof. Dr. Fabrício Morais de Almeida pelas provas de companheirismo, solidariedade e compreensão.

A todos aqueles que ainda acreditam na educação.

“No caminho da sabedoria te ensinei, e pelas carreiras diretas te fiz andar. Por elas andando, não se embaraçarão os seus passos; e se correres não tropeçará.”

(Provérbios)

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 09 |
| CAPITULO I | 11 |
| BREVE HISTÓRICO DA SUPERVISÃO ESCOLAR | |
| 1.1 - Supervisão: instrumento de alienação | 11 |
| CAPITULO II | |
| A PRÁTICA DA SUPERVISÃO ESCOLAR NO BRASIL | 16 |
| 2.1 - Supervisor Educacional: Pedagogo ou Funcionário da Educação? | 16 |
| 2.2 - A supervisão educacional em Rondônia | 21 |
| CAPÍTULO III | |
| COMUNICAÇÃO E COMPREENSÃO: O PLANEJAMENTO DO SUPERVISOR ESCOLAR | 22 |
| 3.1 - Planejamento do supervisor escolar | 22 |
| 3.2 - Será que o supervisor escolar cria problemas ou ajuda o professor a resolvê-los? | 26 |
| CAPITULO IV | |
| A SUPERVISÃO ESCOLAR PLANEJADA E EFICIENTE | 29 |
| 4.1 – A eficiência da supervisão escolar | 29 |
| 4.2 - Qual supervisão escolar é viável para o atual momento? | 31 |
| CAPITULO V | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 34 |
| REFERÊNCIAS | 36 |

INTRODUÇÃO

A partir do momento, em que se acredita naquilo que faz, as chances de êxito são muito mais amplas.

Pesquisar a prática da supervisão escolar desde sua origem até nossos dias, é a intenção deste trabalho, visto que "Supervisão escolar" é uma das habilitações do curso, o qual este trabalho é exigência para a conclusão do mesmo.

Tendo sempre sido a supervisão nas escolas alvo de críticas e discussões, vista apenas como uma assistência técnica desvinculada das reais necessidades da educação, e de mostrar como é difícil trabalhar sem apoio e sem material didático, e ao mesmo tempo mostrar que através da união com diretor, supervisor escolar, orientador, professores e comunidade será possível atingir os nossos objetivos, conceder assim uma educação com qualidade aos nossos educandos.

O principal objetivo deste trabalho é estudar a possibilidade de uma conscientização por parte do supervisor escolar, frente aos problemas educacionais, que hora se apresentam tornando a supervisão um ato pedagógico crítico e transformador; de subsidiar o supervisor quanto aos conhecimentos na área de supervisão do contexto escolar, discutido a importância do papel do supervisor escolar no espaço educacional.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo trata da origem da supervisão, e se deu nas empresas, a partir da revolução

industrial, com o objetivo de controlar a produção do trabalho operário, assegurando assim, o aumento da produção. Com essa visão, ela foi implantada nas escolas, inclusive no Brasil.

Durante muitos anos, a supervisão escolar manteve-se em uma linha neutra, utilizando métodos e técnicas como prioridade para alcançar os objetivos do ensino. Houve, contudo, um despertar da categoria, dando início aos Encontros Nacionais dos Supervisores em Educação (ENSEs), o que muito contribuiu para o crescimento desses profissionais.

O segundo capítulo narra a trajetória da supervisão escolar no Brasil, a partir dos anos 70, quando começam a surgir as críticas ao tecnicismo pedagógico, o que deixou os supervisores limitados em suas ações, pois aliadas às críticas, não havia nenhuma alternativa para nortear sua prática. Mas, surge nesse capítulo uma abordagem de suma importância, que é a afirmação do supervisor como um pedagogo que sabe da importância de seu trabalho no sentido de levar o saber científico ao educando. Ainda nesse capítulo é focalizada a supervisão escolar do Estado de Rondônia.

O terceiro capítulo aborda a comunicação e compreensão entre o corpo docente e o corpo discente, envolvendo a questão do planejamento que engloba todo o processo de ensino-aprendizagem, e ainda, uma tentativa de retratar para que a supervisão exista.

O quarto capítulo mostra os elementos que fazem parte no processo ensino-aprendizagem e suas funções abordadas.

Finalmente no quinto capítulo um intento em busca de uma supervisão ideal. E algumas considerações finais a título de reflexão que nos venham auxiliar para a verdadeira concepção de supervisão.

CAPITULO I

BREVE HISTÓRICO DA SUPERVISÃO ESCOLAR

1.1 - Supervisão: instrumento de alienação

A palavra “supervisão” sugere uma visão ampla sobre todo um processo em ação, esse “todo” pode ser uma empresa, um órgão público, uma propriedade, um empreendimento, uma escola, e outros.

A figura do supervisor tem suas raízes na indústria, com o objetivo de controlar e fiscalizar o trabalho operário, como forma de aumentar a quantidade e a qualidade da produção.

Partindo desde conceito, a supervisão surge nas escolas mais ou menos a partir de 1900, tendo como função principal, manter o domínio sobre o trabalho do professor, sua ação era totalmente administrativa.

Considerando que a educação sempre retrata a situação sócio-econômica vigente em cada país, no Brasil não foi diferente.

Logo após a II guerra mundial, as duas grandes potências (Rússia e Estados Unidos) entraram em disputa pela superioridade político-ideológica (comunismo x capitalismo).

Nessa guerra de conquistas os Estados Unidos resolvem oferecer aos países “amigos da paz”, no caso, também o Brasil, seus conhecimentos e suas técnicas, sob a alegação de ajudá-los no seu desenvolvimento para realizar suas aspirações por uma vida melhor.

Pela história da educação constata-se que em 1948, foi instalado no Rio de Janeiro um escritório com a incumbência de organizar essas relações de ajuda técnica dos Estados Unidos ao Brasil com o nome de “missão abbink” e em 1950 com o nome de ponto IV. Segundo FONSECA (apud NOGUEIRA, 1989:36):

A comissão mista brasileiro-americana, na, também conhecida por missão Abbinr foi construída em 1948 pelos governos dos Estados Unidos e Brasil. Ela se compôs de economistas, técnicos, empresários e membros dos governos dos dois países, sob a presidência de John Abbink e Octávio Gouvêa de Bulhões. Os estudos realizados por essa comissão orientaram-se no sentido de conhecer tão minuciosamente quanto possível os principais pontos “de estrangulamento” da economia brasileira.

Todos os acordos nessa época entre Estados Unidos e Brasil só foram homologados pelo congresso em 1999, no governo J.K. A assinatura do 1º acordo foi em 19 de dezembro de 1950, “Acordo Geral de Cooperação Técnica” e o segundo em 30 de novembro de 1953 “Acordo Especial de Serviços Técnicos”, ambos firmados pelo MEC, Governo de Minas Gerais e pelo diretor da United States Operation Mission To Brazil (USOMB).

Com esses acordos nasceu a supervisão educacional no Brasil, pela criação do (PABAE) Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar, instalado em Belo Horizonte MG, em 1957. Essa supervisão surge em forma de “pacotes meteorológicos”, onde os programas eram repassados em forma de cartilha, uniforme, para todos os professores primários independente da realidade de seu campo de atuação.

Eram selecionados professores de “competência comprovada” isto é além de demonstrar sua eficiência profissional dentro dos padrões exigidos pelo

sistema escolar, tivessem conhecimento da língua inglesa, a fim de serem enviados aos EUA para participar de concurso de técnica avançada de educação primária.

Esses professores treinados, nos EUA e em Belo Horizonte, e que participariam dos cursos de formação de supervisores que nessa época ainda não eram a nível de graduação superior.

Com o surgimento da supervisão educacional no Brasil houve uma ênfase no “como ensinar”, onde os educadores eram abarrotados de métodos técnicos a serem utilizados, isto é, essencialmente mecânicos. Era o tecnicismo pedagógico, que dava propriedade ao formalismo didático, provocando uma total desvinculação entre a teoria e a prática na educação.

Em conseqüência da influência norte-americana, em 1968, dá-se a Reforma do Ensino Universitário (lei nº. 5.540, de 28 de novembro) que implanta no curso de pedagogia as especializações em educação e, entre elas, a de Supervisão Educacional. E através do parecer nº 252/69 e da resolução nº 2/69 estabelecendo os currículos mínimos da pedagogia, daí em diante, a formação do supervisor educacional passa a ser dada em cursos de graduação.

Isto veio a estender o campo de atuação da supervisão para todo o ensino de 1º e 2º graus que com a implantação da lei nº 5.692/71 e o currículo proposto, em nada modificou sua atuação, continuando assim, a sua formação tecnicista, conforme o modelo já existente.

A supervisão educacional no Brasil passou a existir em função de interesses políticos, a partir do Golpe Militar de 1964, que direcionou e moldou o sistema educacional de acordo com seus interesses da época.

Partindo dessa concepção, a supervisão foi imposta a educação brasileira, onde passaria a exercer a função de “controladora” da qualidade de ensino, trazendo oculta as exigências político-ideológicas, reforçando a “racionalização” “eficiência” e a “produtividade” como prioridade para o sistema educacional brasileiro.

Dentro deste contexto tecnicista e principalmente em sua função fiscalizadora, estavam camuflados os interesses de uma classe.

Vale a pena frisar que o PABAE, que atuou no Brasil de 1957 a 1963, não surgiu apenas em decorrência das “necessidades” da situação da educação brasileira, conforme afirma MORAES (apud MEDEIROS, 1987:22): *“Este programa surgiu em proposta a um ofício do ministro da Educação e Cultura do Brasil*

(10/04/1956) que solicitava Assistência Técnica da Missão de Operações dos EUA no Brasil (USON) (...)”.

Quando existe o domínio de uma nação sobre outra, este poder faz-se sentir em todos os segmentos da sociedade e, principalmente, na educação, onde encontra o campo propício para semear sua ideologia. No caso do Brasil, a ajuda vinda dos Estados Unidos, com a finalidade de aprimorar as técnicas aplicadas pelos professores, trazia implícita a teoria da reprodução dos moldes da classe dominante.

Percebe-se que era conveniente para difundir essa ideologia os supervisores educacionais, que receberam uma formação voltada para os aspectos técnicos e burocráticos do ensino, desempenhando assim, seu papel de reproduzidor do sistema tratando a escola como se fosse uma instituição “estática”, não como um segmento da sociedade em constante evolução.

Dentro dessa ótica a supervisão é vista como um campo de atuação de um profissional específico, que exerce seu papel numa visão empresarial da educação, sem nenhum vínculo com os acontecimentos políticos do momento. Baseado na concepção capitalista, o trabalho do supervisor brasileiro começou com a difusão da ideologia liberal, utilizando meios neutralizantes, como os métodos e técnicas de controle do ensino e os livros didáticos “especialmente preparados.”

O momento histórico-político exigia que os “aparelhos ideológicos de estado” fossem acionados e servissem para reforçar a política implantada em 1964, e os mais indicados eram os supervisores em educação, para manter essa ordem no interior das escolas. Por isso o Ministério da Educação e Cultura promove o 1º Seminário em Supervisão Pedagógica, em Brasília, no ano de 1976, definindo assim, os seus objetivos: “Dar ênfase aos aspectos técnicos da educação” e a “manutenção na qualidade do ensino”.

Partindo desse enfoque, a supervisão deu vida a uma geração de supervisores incapazes de perceber os reais problemas políticos e educacionais. O que se pretendia era uma classe de “excelentes técnicos” em educação. O objetivo foi alcançado, visto que esta visão de supervisão ainda persiste em nosso meio.

A partir desse 1º seminário promovido pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), é que houve o despertar dos supervisores “enquanto categoria de profissionais da educação”, o que a realização dos encontros Nacionais de Supervisores em Educação (ENSES), sendo o 1º realizado no período de 16 à 21 de outubro de 1978, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Ao todo, foram realizados sete ENSES, que aconteceram em várias capitais brasileiras, entre os anos de 1978 a 1984, transformando-se em oportunidades de amplas discussões e ricas experiências para os supervisores brasileiros, que ali colocaram suas inquietações, anseios e expectativas em relação ao seu desempenho profissional.

A atuação do supervisor tem sido duramente criticada, em decorrência de sua atuação fragmentada dentro do contexto educacional, então, a necessidade de repensar a educação e a destinação social que se quer dar a escola, oferecendo facilidade de acesso e, principalmente, garantindo a permanência da criança na escola.

Os Encontros Nacionais de Supervisores Educacionais, ocorrido durante todos esses anos, serviram para uma tomada de consciência da categoria e trouxe muitas contribuições no campo teórico, porém ao analisar a atuação dos mesmos dentro do processo educativo, verifica-se que poucas transformações aconteceram concretamente em sua prática.

Houve um despertar dos supervisores, no que diz respeito à sua organização como categoria, não tendo havido, contudo grandes avanços nesse campo, considerando a grande influência que o Sistema Educacional ainda exerce sobre os mesmos.

A atuação do supervisor se dá numa sociedade de classes, onde o próprio sistema exerce seu papel opressor. Além do descaso dos dirigentes da educação, ainda persistem as punições aos grevistas e líderes sindicais os salários cada vez mais reduzidos, além de uma jornada de trabalho injusta, onde o profissional é totalmente sobrecarregado, não sobrando tempo para perceber e refletir sobre sua atuação dentro da realidade em que se encontra.

Tudo isso faz parte de uma ideologia que aparece sempre oculta por trás de uma corrente, ou tendência pedagógica, que estiveram e ainda está presente na Educação Brasileira, como será abordada no capítulo seguinte.

CAPITULO II

A PRÁTICA DA SUPERVISÃO ESCOLAR NO BRASIL

2.1 - Supervisor Educacional: Pedagogo ou Funcionário da Educação?

A supervisão educacional no Brasil emergiu com o tecnicismo importado dos Estados Unidos. No entanto “tecnicismo” tem um sentido muito amplo visto que sua influência não atingiu somente pedagogia, mas sim, todo o contexto brasileiro no que diz respeito ao aspecto político, econômico e administrativo.

E é dentro desse conceito, que se pode entender o que essa “corrente” significou para a educação escolar brasileira, que absorveu toda a sua influência teórica, prática e ideológica.

Na pedagogia tecnicista, o educador estava baseado na “neutralidade científica”. Pensava-se com convicção que reordenando os meios de ensinar, bem como, planejando a educação dentro de uma organização racional, poderia assegurar sua eficiência.

Isto significava não questionar as finalidades da educação, ignorando suas relações com o contexto histórico-social do momento; visava-se a “melhoria da qualidade de ensino”, dando ênfase aos esquemas de planejamento, principalmente o sistêmico, dentro de uma visão de divisão de trabalho dentro da escola.

Porém, nos anos 70, começa a surgir uma crítica ao tecnicismo, com o entusiasmo histórico-crítico dentro da educação, influenciado pelas idéias de Paulo Freire, como a educação tem a tendência de se prender a modismos, passou-se, de repente, a condenar o tecnicismo, como se fosse algo vergonhoso.

Toda a base de uma construção pedagógica que havia sido construída, sustentando na importância dos métodos e técnicas, começa a ser abalada. Constatou-se que depois de ocupar por vários anos, papel de grande importância no processo educacional, as técnicas de ensino, se vêm de repente, alvo de discussões e críticas, como se num passo de mágica, descobriu-se a sua eficiência.

O que antes era defendido veementemente pelos educadores, passou a ser relegado a 2º plano, dando relevância aos conteúdos, como consequência do surgimento da tendência histórico-crítica. Seguiu-se um período de oscilação entre valorizar e subestimar a técnica, questionando sua validade visto que, em educação, não se pode, pode simplesmente abandonar tudo e que já se fez e começar na “estaca zero”, como explicita PIMENTA (1991):

A pedagogia tecnicista moderniza os recursos do ensino em busca da eficiência, mas ao não alterar o caráter seletivo da escola cumpre a mesma função da pedagogia liberal, na sua vertente tradicional: aprimora os meios de transmissão de conhecimentos, sem considerar as culturas (o capital cultural) dos alunos e a avaliação recai sobre a quantidade de conhecimentos memorizados. (PIMENTA, 1991:136.)

Na verdade, a técnica pura e desvinculada do processo social e político, não tem significação para o educando. Porém, sua prática deve estar intimamente ligada ao ensino, à aprendizagem, a situação sócio-cultural do aluno, além de estar baseada em uma teoria pedagógica.

Na década de 80, após “estudos das teorias crítico-reprodutivas”, o que trouxe valiosa contribuição no amadurecimento da consciência crítica dos educadores, houve um despertar no sentido da “educação como um político”, porém, mais uma vez, o supervisor da educação viu-se limitado dentro de suas ações, conforme afirma LIBÂNEO (apud PIMENTA, 1991):

(...) Difundiu-se, entre tanto, um clima pessimista, colocando as relações escola-sociedade e a própria ação pedagógica num beco-sem-saída (...) por um período razoável de tempo, os educadores escolares permaneceram perplexos frente ao que se configurava como uma atividade profissional no vazio, já que qualquer atuação à nível de escola pública significava uma contribuição para o fortalecimento das classes dominantes.(PIMENTA, 1991:137).

Se de um lado, o supervisor não quer ser um tecnocrata, por outro lado ele não vislumbra uma linha de ação, no entanto, não lhe são oferecidas alternativas que norteiem a sua prática.

Ao longo dos anos e através da história da educação brasileira, constata-se que a atuação dos supervisores nas escolas tem como marca registrada, a ausência de consenso sobre o que se espera de seu trabalho, bem como a denúncia de sua prática confundida com inspeção escolar, numa concepção burocrática e fiscalizadora.

Conforme já visto, a supervisão educacional teve seu início no Brasil, tendo como referência o modelo das escolas americanas, numa realidade completamente adversa. Nos EUA, a escola é descentralizada e controlada pela comunidade, que escolhem e mantêm diretores, professores e técnica, através de seus “conselhos de educação”, sendo o trabalho da supervisão, um esforço conjunto de especialista e professores, para a realização de seus objetivos.

No Brasil, as mudanças propostas pela lei 5.692/71, aconteceram num momento político autoritário e centralizador. Os supervisores, gerados dentro desse contexto, seja a nível de escola de secretarias ou “delegacias” de ensino, tiveram sua atuação limitada a decisões impostas de cima para baixo, arbitrariamente.

Assim as medidas adotadas, foram planejadas na cúpula do sistema, sem a participação dos educadores e muito menos da comunidade. Percebe-se aí, a prática desempenhada pelo supervisor educacional, desde aquela época, até nossos dias, nada tem a ver com a linha teórica adotada de outro país.

Teoricamente, a supervisão educacional passou por uma evolução em que se podemos analisar três fases distintas: a fiscalizadora, a construtiva e a criadora. A primeira dela foi à fiscalizadora, que se confundiu com inspeção escolar e dava primordial importância ao cumprimento das leis de ensino, ou seja, situação legal

dos professores, cumprimento de datas e prazos escolares, documentação de alunos, férias, transferências e outro.

Nessa fase de inspeção, a supervisão seguia padrões rígidos em todo país, ou seja, não se respeitava às peculiaridades de cada região e muito menos as diferenças individuais dos educandos.

Com o passar do tempo, após 1920, a atuação como inspeção de ensino foi dando lugar a um outro tipo de supervisão, que passou a interessar-se pela eficiência do professor. Os inspetores gradativamente começam a exercer o papel de “orientadores”. Pode-se afirmar que é a fase construtiva.

A mudança vai se processando lentamente, e, após 1930, começam os cursos de aperfeiçoamento e atualização para os professores oferecendo a oportunidade de detectar falha, tendo em vista a melhoria do ensino-aprendizagem. Percebe-se aí a fase criativa.

De 1960 até o presente, pode-se afirmar que a supervisão tem lançado mão de todas as fases já vividas durante sua história, mas, constata-se que apesar das mudanças que aconteceram na educação, a atuação do supervisor manteve-se sempre em uma linha neutra e sua autonomia no interior das escolas sempre pende para o lado do autoritarismo.

Conforme já foi citado, à educação brasileira tem suas fases de modismos. Nos anos 80, a moda que vigorou foi o ataque aos especialistas em educação, principalmente aos supervisores em vários congressos, seminários, livros e artigos. A supervisão e os supervisores são duramente criticados, alguns sugerindo até sua extinção, transformando-os em verdadeiros “vilões” da educação.

Pelos discursos apresentados, tem-se a impressão de que tudo vai bem na educação, sendo a supervisão o único setor que vai mal. Mas afinal, quem é o supervisor educacional? Pedagogo ou representante do sistema, encarregado de manter e reproduzir seus valores e suas normas?

Partindo dessas críticas, até certo ponto, com algum fundamento, no qual alguns supervisores ainda fazem jus às críticas que lhes são feitas, percebe-se que somente são apontados os aspectos negativos da supervisão, não oferecendo sequer, alguma alternativa, ou proposta de soluções. Pelo contrário, até algumas correntes a favor da extinção da supervisão e exclusão do supervisor, afirmando que ela existe em função de um tipo de divisão do trabalho, característico do sistema capitalista.

Isto significa comparar a supervisão pedagógica com supervisão nas fábricas capitalistas, onde o supervisor escolar exerceria sua função explorando o trabalho de seus subordinados no caso, os professores. Porém, existe uma clara distinção entre divisão social do trabalho e divisão manufatureira do trabalho. Enquanto a divisão manufatureira confina o trabalhador a uma parcela do trabalho pedagógica no interior da escola é assim definido por PIMENTA (1991:124):

(...) A prática escolar é uma prática social coletiva, envolvendo diferentes pessoas, com competências diferentes e que dividem entre si tarefas oriundas das necessidades do cotidiano escolar. As respostas a essas necessidades imediatas requerem divisão de tarefas, conforme as competências das pessoas envolvidas no processo de educação que se faz na escola. (PIMENTA, 1991).

Assim sendo, a divisão social do trabalho pedagógico dentro da escola visa uma maior eficiência no ensino-aprendizagem, na medida em que o supervisor juntamente, com os professores e outros profissionais em atividade na escola, consegue elaborar uma produção específica, própria e necessária para atingir essa eficiência.

O supervisor é um pedagogo, e como tal deve desempenhar seu papel. A importância dessa afirmação é assim colocada por SAVIANE (1980:35):

(...) A pedagogia significa também a condução à cultura, isto é, processo de formação cultural. O pedagogo é aquele que possibilita o processo de formação cultural. É pois, aquele que domina as formas, os procedimentos, os métodos através dos quais se chega ao domínio do patrimônio cultural acumulado pela humanidade. (...).

O supervisor pedagogo é aquele que sabe da importância que tem o saber sistematizado para as camadas populares, é tornar esse saber assimilável, ou seja, seu papel fundamental é difundir o saber científico, transformando-o em saber escolar. Sendo a escola o único acesso das classes trabalhadoras à cultura erudita, cabe ao pedagogo proporcionar meios para que esse processo de transmissão-

assimilação do saber aconteça de maneira que o aluno ali possa permanecer, sem ser expulso pelo respeito à sua própria cultura.

2.2 - A supervisão educacional em Rondônia

A supervisão em Rondônia teve início ainda quando era território, através de decreto governamental nº 251 de 10 de agosto de 1967, oficializando, assim, a atuação da supervisão nas escolas.

Apesar de regulamentada, a supervisão nas escolas de Rondônia durante muitos anos, passou quase despercebida, visto que o número de pessoal habilitado nessa área reduzido e insuficiente para atender a rede de ensino.

Em 1978, a situação permanência praticamente a mesma, porém, a migração aumentava diariamente e as escolas ficavam cada vez mais lotadas. Havia urgência de supervisores nas escolas, o que levou os estabelecimentos de ensino a admitir em seus quadros, supervisores sem habilitação, que atuavam mais como auxiliares de direção da escola.

Com a municipalização do ensino de 1º grau, após a publicação do decreto nº 1.100 de 23/10/79, a administração do ensino ficou a cargo das secretarias municipais de ensino (SEMECs).

Através de pesquisa, podemos afirmar que nem a nível de estado, nem de município, a supervisão teve propostas definidas. As SEMECs não apresentaram uma política educacional que desse aos supervisores condições de desempenhar um trabalho pedagógico que viesse em encontro às necessidades das escolas.

Depois das SEMECs, tivemos as DREs, Delegacias Regionais de Ensino e hoje temos as representações da SEDUC Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Todas elas sobrecarregam o supervisor de atribuições burocráticas, que impedem sua atuação pedagógica, isto sem contar que Rondônia está com falta de especialistas em supervisão pedagógica.

Podemos visualizar um futuro de esperança, com a formação dos futuros supervisores através do curso de pedagogia implantado em vários municípios do estado. Isto implica em uma grande responsabilidade dos futuros pedagogos, sobretudo no que diz respeito a um ensino voltado para as classes populares que compõe o nosso estado.

CAPÍTULO III

COMUNICAÇÃO E COMPREENSÃO: O PLANEJAMENTO DO SUPERVISOR ESCOLAR

3.1 - Planejamento do supervisor escolar

A psicologia deixa clara quanto à importância da comunicação e compreensão entre os indivíduos, e como a supervisão muito tem que usar da psicologia para atingir o sucesso em seu trabalho, é preciso que exista um bom relacionamento com as pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem.

A pesquisa nos leva a observar que, para haver uma compreensão mútua visando melhores propósitos de entendimento com sinceridade, respeito valorizando as atividades e comportamento do grupo ou colega. O supervisor escolar por sua vez deve ser amigo do professor, no entanto é preciso que haja um grande intercâmbio, ou seja, uma grande comunicação e confiança, que é fundamental em seu trabalho.

Percebe-se que quando o supervisor não é amigo do professor o seu trabalho não se desenvolve, por que para obter um bom andamento e um bom

resultado no ensino aprendizagem necessita de um bom relacionamento entre ambos, pois o supervisor jamais pode pensar que ele sabe tudo.

A supervisão escolar é necessária de uma ou de outra forma para ajudar em seu trabalho, o pessoal que se destina á tarefa de ensinar. Ela é útil tanto para o mestre que se inicia na carreira, como para o que tem experiências.

Sabe-se que onde houver conhecimento e compreensão também haverá entendimento. Precisa-se lembrar que a comunicação está presente em nosso dia-a-dia sendo um canal que liga no rendimento escolar do aluno, favorecendo e valorizando o seu trabalho.

A tarefa do supervisor não é fácil, torna-se um desafio para todos que estão envolvidos no ensino educacional, uma vez que a tarefa seja desenvolvida e obtenha bons êxitos. O supervisor de ele ter uma boa relação com os professores alunos e comunidade promovendo ações onde os professores atinjam o ideal de ensino-aprendizagem adequado às possibilidades dos alunos e as necessidades sociais, como comenta SERGIOVANE (1984:112): *“não é importante às relações humanas para proporcionar satisfação é preciso usar os recursos humanos que fazem a pessoa se sentir responsável, criativa, encorajado a ser participante no processo”*.

Dessa forma, os estudos mostram que o supervisor escolar deve levar ao professor a mudança de atividades, respeitando-o a fim de ajudar no seu rendimento escolar, havendo um engajamento maior do professor com a educação, com a escola e com a supervisão.

No entanto SERGIOVANE (1984) destaca algumas características desse comportamento como: o supervisor considera que o professor é um ser humano como ele, com problemas como todos e que não pode deixar de fora da escola; o supervisor reconhece que tem no professor um companheiro, um amigo, um participante de igual status no processo educativo; estar sempre de bom humor quando o professor ou pais de aluno te procurar; jamais trair a confiança do professor, nunca deve o supervisor discutir com o professor na frente dos outros, principalmente na frente dos alunos, e o supervisor deve mostrar confiança, segurança, otimista solidária, compreensão e jovial.

Entende-se que se o supervisor apresentar estas características, estará indo de encontro com uma supervisão digna de respeito e viável a vista dos mesmos, permitindo uma avaliação permanente dos métodos e técnicas de trabalho

adotado por todo tanto do supervisor como dos professores, promovendo a satisfação de todos com efeitos dos objetivos planejados.

Percebe-se que a escola atinge seus objetivos, metas e implementa suas políticas, através da ação das pessoas que nela trabalham. Entende-se que a ação se desenvolve não de forma individual, mas integrada, coordenada, e desenvolvida através do entendimento entre as pessoas.

A forma como se desenvolvera as comunicações é que proporcionará o entendimento que é um dos fatores “chave” na viabilização dos objetivos de todo o corpo docente e do contexto escolar, onde todos possam desempenhar suas funções de uma forma mais democrática.

Sabe-se que em qualquer entidade ou estrutura administrativa segue-se um princípio de fazer planejamento na busca de uma produtividade a alcançar os seus sugestivos, assim como nós na nossa vida precisa-se planejar, para ter uma idéia para o presente que vivemos e também para o futuro.

Na educação escolar é preciso o planejamento, pois um educador (supervisor) que não planeja ou projeta seu trabalho, jamais atingirá seus objetivos e em conseqüente não poderá desenvolver um bom trabalho, adquirir uma boa produtividade e desempenhar suas funções, como explicita MARTINEZ (1977:13): *“Planejar significa simplesmente que uma grande área da atividade humana está sujeita a critérios racionais que aspiram governar as mudanças espontâneas que nela se produzem”*.

Sabe-se que o planejamento escolar é contínuo e sistemático no qual aplicamos e coordenamos os métodos. Uma vez que o indivíduo se encontra desempenhando a função de supervisor, seja escolar, como outra, ele precisa ter claro às atribuições que lhes são necessárias, para então por a instituição em funcionamento.

A primeira função do supervisor é fazer um planejamento, pois este é que vai lhe dar a idéia da dinâmica da organização. O supervisor ao planejar o seu trabalho se estabelecerá numa ligação entre o presente e o futuro.

Esta ligação se materializará na figura de uma ponte, pois incidirá o caminho, isto é, a metodologia que deverá ser utilizada para se chegar à situação desejada, como completa SILVA JUNIOR (1984:21): *“O planejamento é o processo administrativo que determina antecipadamente o que um grupo de pessoas deve fazer e quais as metas quem devem ser atingidas”*.

De acordo com este conceito pode-se notar que ele é uma medida indispensável para o sucesso de qualquer escolha, envolvendo a relação dos objetivos, as diretrizes e técnicas, e os métodos para dinamizar a ação educativa.

Os supervisores precisam fazer uma pesquisa com seus professores e toda instituição escolar para que possam estar inteirado dos anseios e das necessidades reais de sua clientela. Com este conhecimento adquirido, poderá então determinar os seus objetivos e traçar seu programa de ação. O planejamento deverá trazer: como serão desenvolvidas as atividades escolares, por quanto tempo e por quem e para quem foi realizado.

Com este esclarecimento o supervisor poderá diminuir os seus problemas existentes, uma vez que não será planejado por alguém distante da realidade, mas conhecedor da situação que o rodeia. Sabemos que o bom supervisor se destaca pela sua organização, quando sabe terminar o que vai fazer e também sabe fazer uso da sua autoridade, na qual organização é que se prevê como serão feitas as designações das pessoas.

Considerando que a organização compreende além do sentido, a técnica e a normalização do seu funcionamento materiais e humanos necessários para fazer a escola funcionar, pode-se dizer que o planejamento não é apenas um conhecimento teórico e sim uma técnica operativa que deverá ser flexível e de fácil entendimento.

Contudo, para alcançar esses objetivos precisa-se que o professor coopere planejando as suas aulas com a colaboração do supervisor tendo uma visão clara e objetiva dos conteúdos a serem trabalhados e desenvolvidos pelas práticas, de uma forma com aspecto positivo influenciando melhor o ensino-aprendizagem e aplicando a sua criatividade em sala de aula.

O bom professor se distingue pelo seu planejamento onde determina o que vai oferecer a sua clientela. Dessa forma, precisa assumir sua postura perante a sociedade mostrando um desempenho necessário como educador, planejando, o qual o planejamento é necessário e jamais poderá deixar de ser realizado na escola. Porque para o professor obter sucesso na sala de aula ele precisa se envolver com o planejamento, juntamente com o supervisor, crescendo assim suas atividades, e envolvendo exatamente o valor da integração de todos, como afirma PRZYBYLSKY (1982:24):

Supervisão escolar é o processo que tem por objetivo prestar ajuda técnica no planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades educacionais, tendo em vista a unidade das ações pedagógicas, o melhor desempenho e o aprimoramento permanente do pessoal envolvido na situação ensino-aprendizagem.

No entanto o professor enquanto educador tem a responsabilidade de assumir juntamente com todos os demais membros esta função, por ser ele o principal animador, o que dinamiza as atividades escolares juntamente com o supervisor.

O supervisor por sua vez está com a função de conscientização dos professores da necessidade e importância do planejamento em sala de aula, dia-a-dia, mostrando que através de planejamento terá bons resultados.

Com esta visão fica evidente a importância do supervisor na escola como líder democrático, forma que promova influências positivas, que seja realmente um político educacional lutando pela transformação e propondo mudanças no contexto de sua escola, de acordo com sua realidade e necessidade.

3.2 - Será que o supervisor escolar cria problemas ou ajuda o professor a resolvê-los?

A supervisão é indispensável em todas as escolas é ainda um serviço que está em fase de estruturação e em busca de modelos apropriados de fazer supervisão.

Os cursos de formação de professores, não deve apenas promover discussões, mas proporcionar o conhecimento da realidade desenvolvendo a sua ação, voltado para participação, para o exercício de democracia, minimizando ao máximo a tarefa de fiscalizar, libertando se um pouco das questões burocráticas que tanto obstruem a ação do supervisor no contexto escolar, assim como afirma BRANDÃO (1982:87):

(...) Trabalho de um supervisor-educador, intelectual crítico e criativo, desdobra a prática pedagógica em todos os níveis em que é necessário vivê-la: o compromisso irrestrito com inovação e a

coragem de criar, transgredir e transformar dentro de seu trabalho cotidiano de supervisor; o compromisso de envolvimento e participação nos movimentos de todas as lutas justas e necessárias dos educadores, o compromisso de procurar dirigir o seu trabalho, o seu exercício de educador, aos lugares e as experiências que se recriam e esparramam, com boas sementes, por todos os lugares onde nesse Brasil a educação se encontra com o povo.

Constata-se então que o supervisor deve estar sempre seguro quanto as suas atribuições e consciente da influência que exerce no meio escolar, contribuindo para resgatar o verdadeiro papel da escola e dos professores para com o educando e com a sociedade. Já a prática da supervisão segundo VILLAS BOAS, (apud ALVES, 1988:63), deve ter características transformadoras.

A supervisão como ver crítico, construtivo, vitalizador de ações educativas cobradas a serviço dos indivíduos e dos grupos tendo em vista o seu desenvolvimento e transformação para melhor (...). Cabe à supervisão a tarefa de planejar, acompanhar, avaliando e aperfeiçoando oportunamente os cursos de tais ações garantir a eficiência do processo educacional e é a eficácia de seus resultados.

Percebe-se que o supervisor para desempenhar suas funções, tem que ser um líder com comunicabilidade clara e contínua com os supervisionados. São requisitos essenciais para que a ação no plano operacional e a criação do relacionamento sejam, equilibrada e agradável, livre de distorção e conflito. Na prática educativa, deve estar sempre presente, a flexibilidade, no sentido de atualização e renovação.

Observa que há diversas formas de ação do supervisor. Os supervisores devem ter consciência dessa diversidade, e devem conhecê-lo a fim de fazer a melhor opção de acordo com cada situação, levando-se em conta os princípios e os objetivos orientadores que direcionam o planejamento o desenvolvimento e avaliação das atividades objetivando que a educação se processe da melhor forma possível.

A supervisão é um trabalho de liderança e, como líder o supervisor deve reagir democraticamente, influenciar de forma positiva as pessoas envolvidas no mesmo processo, diagnosticando a necessidade, oferecendo sugestões. E não observando apenas com espírito de crítica o que o professor faz ou deixa de fazer,

pois, não é só de críticas que o professor precisa mais de orientação, auxiliá-lo, no entanto a simples crítica produz efeitos negativos.

O relacionamento supervisor e supervisionando deve ter o relacionamento aprofundado no, respeito mutuo, na valorização do trabalho de todos os envolvidos no processo, buscando o contínuo desenvolvimento de cada pessoa que com ele trabalha, quer seja o professor, aluno, servente ou membro da comunidade, por que o propósito da supervisão é também estabelecer uma unidade de esforços tendo como meta uma educação que se processe de maneira mais participativa possível.

CAPITULO IV

A SUPERVISÃO ESCOLAR PLANEJADA E EFICIENTE

4.1 – A eficiência da supervisão escolar

Percebe-se que há uma grande dificuldade para que o supervisor atue de maneira precisa, ou seja, desenvolvendo o seu papel.

Visto que a supervisão se encontra desacreditada e precisando de colaboração para reverter este quadro lastimável em que se encontram nas escolas públicas, diante de descaso e da burocracia precisa mudar, tomando conhecimento da excisão e da posição de saber discernir e agilizar esta função, dando incentivo aos professores assim como procurar novos caminhos e ideais comuns, visando a qualidade do ensino-aprendizagem.

Entende-se que um dos primeiros fatores que deve existir para que haja um maior desempenho das atividades educacionais é a integração do corpo docente e discente da escola, assim como explicita ALVES (1988:67): “(...) *nunca será demais enfatizar a importância desta função para criação e manutenção de um bom nível de aprendizagem vivenciada essencialmente pelos sujeitos do processo*”.

Através do diálogo e de um bom relacionamento entre supervisor, professor, direção e comunidade, pois, os comportamentos diferentes, possuem os seus devidos valores. Pesquisa-se ter a comunicação clara e objetiva, que é considerada um dos segredos de um bom relacionamento educacional executado por pessoas cujo papel principal é o aluno.

Como qualquer profissional, o supervisor não deve insistir no erro, precisa mudar estar sempre bem atualizado, para poder supervisionar com competência. Como afirma FREIRE (1979): “na medida em que o compromisso não pode ser ato passivo, mas praxisações e reflexão sobre a realidade, inserção nela, ele implica indubitavelmente um conhecimento da realidade”. (FREIRE, 1979:27).

Tanto a experimentação como a atualização exige que o supervisor seja flexível e preparado para ajustar-se neste quadro variável de trabalho escolar, evitando assim a rigidez que condiz com o princípio de elasticidade.

Esta elasticidade é sinônimo de liberdade, a qual, é a melhor forma de construir algo com categoria, de acordo com as necessidades de uma sociedade. O que a realidade nos permite é que não se pode confundir liberdade com libertinagem, a partir do momento que a conscientização for realizada, não só a supervisão vai mudar satisfatoriamente, mas todo o corpo da escola e em consequente toda a sociedade.

No entanto é preciso que o professor esteja atento aos conteúdos que estão sendo trabalhados pelos professores, ser reconhecedor de toda a escola, analisar as necessidades de mudanças. E discutir o que é viável e o que não é, juntamente com o corpo docente, de forma a compreender o seu significado e a sua importância para o desenvolvimento e a formação do educando que deve ser o centro das atenções e intenções, como comenta LENHARD (1977):

O supervisor escolar, como especialista em psicologia social, pode e deve assistir ao corpo docente não somente em situações críticas, mas muito mais ainda preventivamente. Por um lado, cabe-lhes moldar a atmosfera geral da escola no sentido de robustecer o envolvimento ideológico de todos, inclusive dos alunos; por outro lado, estará sempre vigilante (...) estar em contato cordialmente com os professores para conhecer de imediato as suas preocupações e para poder aconselhá-los sem aparências de tutela. (LENHARD, 1977:120).

Para isso é preciso haver mudança rápida, que dê condições para o supervisor atuar levando assim em consideração as propostas dos professores e da escola em relação aos conteúdos, se estes estão de encontro às reais necessidades dos alunos.

É indispensável o exercício de liderança afetiva com seus aspectos humanos e técnicos, bem como de comunicação clara, um relacionamento e equilibrado e agradável, livre de distorções e conflitos, como pode se constatar em várias escolas brasileiras.

A liderança é uma habilidade adquirida, devendo ser envolvida pela prática, acompanhada de uma boa formação técnica no assunto em que vai desempenhar sua ação desta forma a liderança passa a influir a possibilidade fazendo com que as pessoas se envolvam no mesmo processo. Atuando assim com certo equilíbrio e harmonia de maneira mais eficiente em direção aos objetivos no qual visa proporcionar ao processo ensino-aprendizagem.

Sendo que neste processo o supervisor deve ser democrático, agindo com sinceridade, respeito e criatividade na cooperação do seu colega e devolvendo um bom trabalho no qual haja participação e cooperação nos objetivos traçados pelo grupo.

Com esta visão fica evidente a importância do supervisor na escola como líder democrático, forma que promova influências positivas, que seja realmente um político educacional lutando pela transformação e propondo mudanças no contexto de sua escola, de acordo com sua realidade e necessidade.

4.2 - Qual supervisão escolar é viável para o atual momento?

Sabe-se que o supervisor em seu dia-a-dia procura buscar novos caminhos e coragem para questionar e reagir perante o seu papel na escola. Mesmo que se encontre a escola no último nível não lhe tira o direito de defendê-la, saber interpretar as aspirações comuns de sua clientela promovendo-a constantemente a todos ao encontro dos objetos estabelecidos. A medida que participa adquire novos conhecimentos, não só na realidade escolar, mas sobre todos os aspectos políticos da supervisão na qual depende a eficácia da política educacional.

Entende-se que por outro lado sem certo grau de desenvolvimento e sobre tudo sem direção e objetivos claros a seu respeito, a educação não pode progredir. O supervisor em sua função deve levar em consideração o seu papel, assumindo às vezes funções de natureza administrativa que é uma necessidade e não uma interferência.

Todo o corpo docente da escola deve buscar meios de se realizar trabalhos juntamente com a comunidade, unindo forças para modernizar a imagem da escola, fazendo valer o verdadeiro papel social da escola. É necessário que se faça um trabalho em conjunto com os pais, envolvendo-os no processo pedagógico, aceitando sugestões e participações diretas no ensino-aprendizagem do aluno.

É importante que a escola se envolva com a comunidade em geral para evento como: desportos, artes, para manter o aluno sempre em harmonia com a sociedade e sua auto-realização pessoal. À supervisão deve cumprir o seu papel dentro das normas possíveis para um melhor desenvolvimento social, cultural e profissional da clientela assistida. Que a sua meta seja um trabalho organizado, e cumprindo as hierarquias, respeitando cada pessoa como ser humano e as individualidades de cada um, desenvolvendo e desempenhando o seu papel com responsabilidade e autonomia.

O supervisor escolar deve ser persistente e coerente na ação transformadora, visando sempre se aperfeiçoar em suas ações. Para que a educação, parta de um pressuposto que informa para senso crítico desenvolvidos.

A supervisão escolar deve visar melhorar a atuação do professor para melhorar o resultado do ensino-aprendizagem, que vai revestir-se diretamente no comportamento do educando, tendo a visão com o processo educativo, no incentivo a criatividade e responsabilidade ao invés de dependência e conformismo; na visão do aluno principalmente que precisa ser compreendida e adequadamente orientado, a fim de poder realizar como ser humano, em função de todas as possíveis potencialidades e limitações.

Assim, a supervisão tem que ter em vista, em sua atuação, a preocupação de uma constante atualização, evitando uma defasagem entre a escola e a comunidade, no qual o seu objetivo é estabelecer uma unidade de escola, a fim de que nela a educação se processe de melhor maneira possível. A integridade da moral do supervisor deve e sensibilizar a todos com que ele trabalha para o bom desenvolvimento do trabalho da supervisão escolar.

A escola juntamente com o supervisor deve discutir às possibilidades de abertura para a comunidade, favorecendo o inter-relacionamento entre a escola e a comunidade, oferecendo subsídios, numa integração com o supervisor. O supervisor deve buscar alternativas para os problemas atuais, tanto nos aspectos da relação com professor, diretor e alunos, pois, sem uma relação estável não há como desenvolver um trabalho com qualidade.

Contudo, o supervisor escolar precisa ser dinâmico, realista, corajoso e acima de tudo ser um malabarista do processo, para trabalhar com indivíduos de diferentes ideais e conseguir levar a frente com sucesso o processo de ensino-aprendizagem. Adquirindo assim uma filosofia pedagógica que vá de encontro com a necessidade e anseios da clientela e da sociedade, visando uma melhoria e qualidade na educação, onde haja ação e reflexão para que possa realizar uma prática docente, crítica construtiva, formando assim, sujeitos críticos, autônomos, criativos, responsáveis e aptos a solucionar problemas.

CAPITULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos percorridos por esta pesquisa, trouxeram à tona algumas constatações que merecem ser aprofundadas futuramente.

A supervisão escolar foi implantada num modelo empresarial como se o processo de ensino pudesse ser medido nas mesmas proporções do trabalho nas fábricas. Além disso, adotou-se um modelo de supervisão das escolas americanas, realidade completamente adversa das escolas brasileiras.

Durante muito tempo, o supervisor escolar foi usado como instrumento de controle e alienação nas escolas e, mesmo com os ENSEs Encontros Nacionais de Supervisores em Educação, a categoria não conseguiu organizar-se politicamente.

Mesmo tendo sido tão discutido nas Universidades o papel do supervisor escolar, como um pedagogo comprometido com a qualidade do ensino, na prática, ele vê-se abarrotado de trabalho burocrática, impedindo-o de desempenhar suas funções pedagógicas.

O supervisor ainda é visto na escola como fiscal, que controla o trabalho dos professores, não como um educador responsável pela qualidade da educação.

Se antes o supervisor era tecnicista e inspetor, havia em seu trabalho uma linha de ação. Hoje se fala em rejeição a burocracia, porém, o supervisor encontra-se sem horizonte, ainda em que nos estados mais desenvolvidos do nosso país, não possuem uma linha pedagógica adotada para a supervisão escolar. Então, o que dizer do estado de Rondônia?

Diante do atual quadro da educação em todo o Brasil, é necessário uma tomada de consciência, a nível nacional, pois a mesma encontra-se à beira da falência. E dentro dessa realidade, muito pode ser feito pela supervisão escolar; mas para isso é necessário que as Universidades preparem bem esses profissionais.

Ao lado de sua preparação profissional, a categoria deve organizar-se politicamente, por que a luta em conjunto fortalece a ação. Deve-se evitar que a formação fiscalizadora recebida pelo supervisor através dos anos, se torne um entrave, para essa prática política e transformadora.

Muito ainda tem que ser feito a nível de países e estados; e como a história da educação é lenta, as transformações hão de surgir na luta e na reflexão. Se aos supervisores recém saídos de uma Universidade, existe tão grande responsabilidade, eles serão capazes de transformar as dificuldades encontradas no cotidiano escolar em preocupação de todos envolvidos no processo educacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda Garcia. **Educação Supervisão: O Trabalho Coletivo.** São Paulo: Cortez, 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Educador: Vida e Morte.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LENHARD, Rudolf. **Fundamentos da Supervisão Escolar.** 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1977.

MARTINEZ, Maria Josefina. **Planejamento Escolar.** São Paulo: Saraiva, 1977.

MEDEIROS, Luciane e ROSA, Solange. **Supervisão Educacional: Possibilidades e Limites.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

MERICI, Imídeo Giuseppe. **Introdução a Supervisão Escolar.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1976.

NOGUEIRA, Martha Guanes. **Supervisão Educacional: A Questão Política:** São Paulo: Loyola, 1989.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Pedagogo na Escola Pública.** 3. ed. São Paulo: Loyola, 1991.

PRZYBYLISKI, Edy. **O Supervisor Escolar em Ação.** 2. ed. São Paulo: Sagra, 1980.

SAVIANE, Dermerval. **Educação: do Censo Comum à Consciência Filosófica.** São Paulo: Cortez, 1980.

SERGIOVANE, Thomas J. **Novos Padrões de Supervisão Escolar**. São Paulo: Edusp, 1984.

SILVA JUNIOR, Celestino Alves da. **Supervisão da Educação: do Autoritarismo Ingênuo à Vontade Coletiva**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1984.